

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO 2

.....  
**AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA**  
**(ORGANIZADOR)**



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO 2

.....  
AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(ORGANIZADOR)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
C569	Ciências humanas: diálogo e política de colaboração 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0860-4 DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.604220612">https://doi.org/10.22533/at.ed.604220612</a>  1. Ciências humanas. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.  CDD 101
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Neste livro, intitulado “**Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração 2**”, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam a área de Ciências Humanas.

Sabemos que o período pandêmico, como asseverou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Diante disso, a área de Ciências Humanas se consolida como importante para a sociedade, sobretudo nesse momento pós-pandêmico. No atual contexto social e político, é necessário assumir esse lugar de luta, fazendo das diversas problemáticas de pesquisa e experiências ferramentas para a formação crítica e humana das pessoas, como lugar real de possibilidade de transformação da sociedade.

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto social, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves. Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.




**CAPÍTULO 1 ..... 1**

ESTADO DO CONHECIMENTO ACERCA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA E A SUA RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO NO PERÍODO DE 2010 A 2020

Bruna Lopes Tupinambá Coutinho

Márcio Adriano de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206121>

**CAPÍTULO 2 ..... 15**

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO EXTENSIONISTA NO IFRN CAMPUS NATAL CENTRAL: O IMPACTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DOCUMENTOS REGULATÓRIOS

Bruna Lopes Tupinambá Coutinho

Márcio Adriano de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206122>

**CAPÍTULO 3 .....29**

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM AULAS DE BIOLOGIA E HISTÓRIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PIRACICABA DO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL

Cinthia Lopes da Silva

Roberto Gaioski Júnior

Luciléa Martinez de Oliveira


Juliana de Lourdes Honório

Eliana Maria Ferin

Nilda Meireles da Silva

Antonio Ivan Cesso


Jaime Farias Dresch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206123>

**CAPÍTULO 4 .....36**

PETER SLOTERDIJK: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RAÍZES RELIGIOSAS DO RESSENTIMENTO E DA IRA

José dos Anjos Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206124>

**CAPÍTULO 5 ..... 61**

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Herculano da Silva Melo


Sandra Maria Alves Barbosa Melo

Andrea Perez Leinat

Cláudia Graner Módos

Carla Silva Lima

Raquel de Brito Fontenele

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206125>

<b>CAPÍTULO 6 .....</b>	<b>71</b>
IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL EM FRENTE À DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	
Jeannys Maria Leite de Sousa	
Rosarina de Sousa Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206126">https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206126</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR .....</b>	<b>81</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>82</b>

# UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

---

*Data de submissão: 05/10/2022*

*Data de aceite: 30/11/2022*

**Herculano da Silva Melo**

Escola Estadual Gaspar Dutra  
Barra do Garças/MT  
<http://lattes.cnpq.br/1953296063848127>

**Sandra Maria Alves Barbosa Melo**

IESA – Instituto de Ensino Superior do  
Araguaia  
Barra do Garças/MT  
<http://lattes.cnpq.br/7798281182065361>

**Andrea Perez Leinat**

CEFAPRO - Centro de Formação e  
Atualização dos Profissionais das  
Educação Básica  
Pontes Lacerda/MT  
<http://lattes.cnpq.br/1520651861555237>

**Cláudia Graner Módés**

CEPIHAP CEPI Horácio Antônio de Paula  
Inhumas/ GO  
<http://lattes.cnpq.br/9335014157844345>

**Carla Silva Lima**

Escola Municipal São Francisco De Assis  
Aparecida de Goiânia/GO  
<http://lattes.cnpq.br/1173538662536466>

**Raquel de Brito Fontenele**

EMEF Olinda Ataydes  
Rio Verde/GO  
<http://lattes.cnpq.br/lates5573357259294282>

**RESUMO:** A alfabetização de jovens e adultos teve seu início no Brasil colônia, quando os jesuítas acreditavam que os índios só poderiam ser convertidos se soubessem ler e escrever. Com o surgimento das indústrias, na década de 1930, as mudanças políticas e econômicas foram propícias para Educação de Jovens e Adultos - EJA. As políticas educacionais mais significativas relacionadas a EJA, teve seu começo com a Constituição Federal de 1988, pois garantia o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros. Avanços aconteceram na EJA, porém, nos anos 90, com o governo Collor perde suas forças, resgatada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que no art. 37, declara que a EJA é destinada àqueles que não possuem ensino fundamental e médio ou continuidade na idade certa. O professor da EJA tem um papel fundamental, pois, precisa estar preparado para reconhecer o potencial de cada educando, estar atentos aos aspectos psicossociais e cognitivas, ter empatia e o rigor necessários para perceber o contexto das experiências e, assim, consolidar os novos conhecimentos. O público que busca a modalidade de ensino da EJA, são jovens e adultos que, historicamente, vem sendo

excluídos, por vários motivos, seja pela impossibilidade de acesso à escolarização, pela exclusão da educação regular ou por ter que trabalhar. Contudo, é necessário fazer uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos, pois desde seu início passou por várias transformações, mas mesmo assim deixa muito a desejar em vários aspectos. Sua finalidade é de que todos, independentemente da sua situação, possa ter acesso à educação. É preciso olhar para novos horizontes na busca interrompida pela erradicação do analfabetismo em nosso país, pensando sempre em possibilitar aos educandos uma educação de excelência, que vai além da leitura e escrita.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de jovens e Adultos; professor da EJA; perfil aluno da EJA.

## A BRIEF HISTORY ABOUT YOUTH AND ADULT EDUCATION IN BRAZIL

**ABSTRACT:** Literacy for young people and adults began in colonial Brazil, when the Jesuits believed that the Indians could only be converted if they knew how to read and write. With the emergence of industries in the 1930s, political and economic changes were conducive to Youth and Adult Education – the so-called “EJA”. The most significant educational policies related to EJA began with the Federal Constitution of 1988, as it guaranteed the right to Education to all Brazilian citizens. Advances took place in the EJA, however, in the 90s, with the Collor government, it lost its strength, rescued with the Law of Directives and Bases of National Education n 9.394/96, which in its article 37, declares that EJA is intended for those who do not have primary and secondary education or continuity at the right age. The EJA teacher has a fundamental role as he needs to be prepared to recognize the potential of each student, be attentive to the psychosocial and cognitive aspects, have the empathy and rigor necessary to understand the context of the experiences and, thus, consolidate the new knowledge. The public that seeks the teaching modality of EJA are young people and adults who historically have been excluded either by the impossibility of access to schooling, by the exclusion of regular education or by having to work. However, it is necessary to reflect on Youth and Adult Education as it has undergone several transformations since its inception, but still inadequate in many aspects. Its purpose is that everyone, regardless of the situation, can have access to education. It is necessary to look to new horizons in the uninterrupted search for the eradication of illiteracy in our country, always thinking about providing students with an education of excellence, which goes beyond reading and writing.

**KEYWORDS:** Youth and Adult Education; EJA teacher; EJA student profile.

## INTRODUÇÃO

A alfabetização de jovens e adultos, teve seu início no Brasil colônia, quando os jesuítas acreditavam que os índios só poderiam ser convertidos se soubessem ler e escrever. Para Souza,

[...]os jesuítas acreditavam que não seria possível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever. Até aqui se verifica a importância da alfabetização – catequização – na vida dos adultos, para que as pessoas “não infantis” não só servissem a Igreja Católica – uma das instituições-mor da época –, como também para o trabalho[...] (SOUZA, 2007, p.12).

Dessa forma, os jesuítas acreditavam que a pregação da fé católica e o trabalho educativo, poderiam abrir caminho para a entrada dos colonizadores, pois, ensinando as primeiras letras, estariam doutrinando ao catolicismo e os costumes europeus.

Conforme Soares (1996), a primeira idealização de educação de adultos no Brasil ocorreu no período colonial. Os filhos dos colonos e os mestiços tiveram seus primeiros ensinamentos através das escolas de ordenação, criadas pelo Padre Manuel de Nóbrega. Esta fase permaneceu até o período chamado “pombalino”, quando os jesuítas foram afastados, carregando consigo a educação pelo interesse na fé, e deixando as reformas do Marquês de Pombal, que coordenavam a educação pelos interesses do Estado.

No entanto, com a expulsão dos Jesuítas no século XVIII, a educação de adultos entrou em decadência, pois toda responsabilidade pela educação acabou ficando às margens do império. (STRELHOW, 2010)

A Constituição Imperial de 1824, concedia a todos os cidadãos a instrução primária gratuita. Porém, essa titularidade de cidadania era limitada somente as pessoas livres e das elites, além daquelas que ocupariam cargos na burocracia imperial ou no exercício de funções da política (SOARES,1996).

Com o surgimento das indústrias, na década de 1930 no Brasil, houve muitas mudanças políticas e conseqüentemente econômicas, que foram propícias para Educação de Jovens e Adultos EJA. Em 1934, a constituição não teve sucesso, pois Getúlio Vargas, o então presidente da república, criou um regime o qual chamou de: “Estado Novo”, sendo assim, nasceu uma nova constituição escrita por Francisco Campos.

Para Ghi-Raldelli (2008) a nova constituição foi concebida com a finalidade de favorecer o Estado, onde o mesmo tirava suas responsabilidades. Tendo uma população com educação para poucos, se tornando uma sociedade mais suscetível a aceitar tudo o que era imposto. Esse modelo, não tinha interesse em formar cidadãos críticos, portanto procurava favorecer o ensino profissionalizante. Sendo assim, a melhor opção era de capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias

Em 1945, o país viveu uma redemocratização, corroborando para que a EJA ganhasse uma visibilidade devida a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo. Nesse período, diversas ações foram criadas entre os anos de 1945 a 1950, que permaneceram até o início dos anos 60. A EJA tem seu marco na história na década de 60, quando decorreu uma grande movimentação da sociedade em busca das reformas de base, quando aparece uma nova concepção de pedagogia de alfabetização, baseada em Paulo Freire.

Segundo Pereira (2011), para Freire o aluno e o professor necessitam se comunicar visando o diálogo e o desenvolvimento crítico, considerando a cultura e as eventualidades, para formar cidadãos conscientes da sua função social.

Paulo Freire, em 1963, foi designado a desenvolver um programa nacional de alfabetização de jovens e adultos suspensos no ano de 1964. A partir deste momento,

um novo regime que comandava o Brasil e novos programas começaram a ser elaborados, mas longe de um caráter crítico e reflexivo como propunha Paulo Freire. Em 1967, nasce o movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL), para todos os analfabetos de 15 a 30 anos, um programa tradicional e conservador, extinto em 1985. Já em 1988, foi promulgada a nova constituição, onde se amplia o dever do Estado para com a EJA, passando então a garantir o ensino fundamental e gratuito para todos. Avanços aconteceram na EJA, porém nos anos 90 com o governo Collor perde suas forças, resgatada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) n.º 9.394/96.

Com toda sua garra e determinação, Paulo Freire, colaborou com suas concepções para uma prática educacional de igualdade, tendo o intuito de formar com indivíduos críticos. Seu estudo, é empregado nos dias atuais, nessa modalidade de ensino.

[...] desde logo afastamos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica, desde logo pensávamos alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de uma consciência na imersão que fizeram no processo, de nossa realidade no trabalho como que tentássemos a promoção da ingenuidade, em criticidade ao mesmo tempo em que alfabetizáramos [...]

(FREIRE 2007 p.112)

Dessa forma, podemos falar que o EJA no Brasil, tem uma construção mais social que a educação básica. Pois, nasceu das iniciativas populares e involuntárias e se consolidou quase por mérito próprio.

## **LEIS E DIRETRIZES CURRICULARES DA EJA**

A legislação para a execução da EJA, está consolidada nos seguintes documentos: LDBEN n.º 9.394/96, parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000 - Diretrizes Curriculares para a EJA, proposta curricular para o primeiro e segundo segmentos organizado pela Coordenação do Ensino fundamental da EJA (COEJA) com base nos parâmetros curriculares nacionais e orientações emitidas pela Secretaria de Educação e Diversidade do MEC.

O PARECER CNE/CNB 11/2000, apresenta três funções de EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora. Nesse sentido, a EJA deve ser uma modalidade de ensino mais flexível, para que a aprendizagem aconteça atendendo as diferenças de cada aluno, a fim de proporcionar o acesso e o êxito na escola.

A menção à educação de jovens e adultos está no artigo 208:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

As políticas educacionais mais significativas relacionadas a EJA, teve seu começo com a Constituição Federal de 1988, pois garante o Título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros.

Da mesma forma, o Art. 206 estabelece, no inciso I, o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Ocorre, assim, que a Constituição Federal reconhece a realidade do analfabetismo e o atendimento de jovens e adultos que não puderam frequentar a escola na idade própria.

Na Lei 9394/96, no art.37, declara que a EJA é destinada àqueles que não possuem ensino fundamental e médio ou continuidade na idade certa. E garante oportunidade educacionais gratuitas e adequadas para aqueles que, por algum motivo, não conseguiu estudar na idade apropriada. Não deixando de considerar as características, situação de vida e de trabalho dos alunos (BRASIL, 1996). A EJA terá de vincula, preferencialmente, com a educação profissional na forma do regulamento, conforme artigo 38,

Art.38 Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

A oportunidade de acesso assegurado na Lei disponibiliza aos indivíduos, jovens e adultos a buscarem nos espaços escolares a condição de situar-se como cidadãos de direitos, para construir e reconstruir seus conhecimentos.

Pode-se observar pelos documentos das Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA (DCEs) que a função social dessa modalidade de ensino, se atenta ao perfil de seu alunado e as maneiras de avaliação. Conforme a DCE/EJA (2005), os métodos de ensino articulam em três eixos, cultura, trabalho e tempo.

A construção da identidade da Educação de Jovens e Adultos se realiza na organização curricular, pois, é a partir deste desenvolvimento, que são delimitados o tempo e processo de ensino e aprendizagem. É também onde as diferenças apresentadas, por este grupo de indivíduos apontam para a elaboração de um currículo flexível, mas garantindo uma qualidade pedagógica que assegure a articulação entre os conhecimentos vividos e os escolares.

## **PERFIL DO PROFESSOR DO EJA**

Considera-se que a função do docente é de extrema importância no modo de como os alunos das turmas da EJA reingressam. Por este motivo, o professor da EJA tem um papel fundamental, pois precisa ser singular, preparado para reconhecer o potencial de cada educando, compreender seus anseios, além de saber lidar com seus sentimentos.

Por esse motivo o perfil do docente da EJA é tão significativo para o sucesso da aprendizagem do educando adulto, que vê seu professor como um modelo a seguir, portanto, deve ter ciência de sua força no desenvolvimento do aluno.

Muitos pesquisadores têm se aprofundado na busca de uma estrutura adequada que atenta e respeite as necessidades do educando, dessa modalidade de ensino. Pois,

[...]o esforço da última década em torno da reconfiguração do campo da

EJA tem trazido mudanças no campo da formação de professores. Podemos destacar dois movimentos importantes nessa direção: um, mais ligado aos órgãos oficiais de governo, com a presença importante do órgão normativo nacional em educação: o Conselho Nacional de Educação (CNE), que, através da Câmara de Educação Básica fixou, em 2000, as diretrizes curriculares para a EJA e, outro, que advém da sociedade civil organizada em defesa da EJA, com destaque para a participação dos fóruns de EJA e do Grupo de Trabalho de Educação de Jovens e Adultos, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped)[...] (MACHADO, 2008, p. 167).

Apesar que os princípios já estarem estabelecidos, é necessário investigar e debater sobre a formação inicial dos educadores que atuarão nas classes de Jovens e adultos. Pois, enxergaram de perto os reais necessidade e particularidade de cada aluno e terá o importante papel na efetivação das políticas públicas da EJA.

Os professores devem estar atentos aso aspectos psicossociais e cognitivas dos educandos. Deve ter a empatia e o rigor necessários para perceber o contexto das experiências e, assim, consolidar os novos conhecimentos oferecidos pela escola. Portanto, é necessário distinguir, examinar e entender suas características de desenvolvimento psicológico e social para ensiná-los de forma eficaz e eficiente. Assim, conhecer sua realidade possibilita o uso de uma linguagem apropriada (MORETTO, 2011)

Fonseca (2015) enfatiza que é de grande relevância que os educadores conheçam os saberes e as capacidades que os educandos desenvolvem em função do seu trabalho no cotidiano. Portanto, cada vez mais o professor do EJA tem que enfrentar diversas situações como, situação financeira, a baixa estima decorrente da história de vida, a questão geracional, a diversidade cultural e étnico-racial. Além das perspectivas dos alunos em relação à escola e os dilemas políticos que configuram o campo da EJA como espaço de direito do jovem e adultos, principalmente, daqueles que trabalham. De acordo com Arbache (2001)

[...]é necessário superar a ideia de que a EJA se esgote na alfabetização, desligada da escolarização básica de qualidade. É também necessário superar a descontinuidade das ações institucionais e o surgimento de medidas isoladas e pontuais, fragmentando e impedindo a compreensão da problemática. É preciso desafiar o encaminhamento de possíveis resoluções que levem a simplificação do fenômeno do analfabetismo e do processo de alfabetização (...). Visualizar a EJA levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a ela recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional. [...] (ARBACHE, 2001, p.22)

Portanto, a formação continuada se torna mais significativa já que ao invés de apresentar tarefas prontas, irá trabalhar no docente a sua importante posição em relação ao outro, o respeito às diferenças, e orientá-los a trabalhar os sentimentos, juntamente, com o conteúdo da melhor forma possível.

Para atuar na EJA, o educador tem que ter uma preparação e uma formação



apropriada. Nesse contexto, é relevante refletir e observar que as universidades são importantes ferramentas na formação dos professores para a Educação de Jovens e adultos. Para Haddad e Di Pierro (20005)

[...]os professores que trabalham na educação de jovens e adultos, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores leigos ou recrutados no próprio corpo docente do ensino regular. Nota-se que na área específica de formação de professores, tanto de nível médio quanto em nível superior, não se tem encontrado preocupação com o campo específico da EJA; devem-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração destes docentes[...] (p.15)

Diante desse contexto, nota-se que a formação de educadores da EJA, ainda é inexistente na educação brasileira. Compreende-se que as propostas de formação dessa modalidade de ensino devem proporcionar condições de estudos que resultem numa relação entre os fundamentos teóricos e a prática docente. Percebe-se, nesse sentido, a relevância da formação continuada do professor que atua na EJA, para que o mesmo possa proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa.

Cabe mencionar que educador dessa modalidade de ensino precisa refletir, constantemente, sobre sua prática pedagógica, procurando sempre aumentar seus saberes e métodos acerca do processo de ensino e aprendizagem, para que haja sucesso na aprendizagem dos educandos.

## **PERFIL DO ALUNO**

O público que busca a modalidade de ensino da EJA, são jovens e adultos que historicamente, vem sendo excluídos por vários motivos, seja pela impossibilidade de acesso à escolarização, seja pela exclusão da educação regular ou por ter que trabalhar.

De modo geral, os alunos que procuram a EJA para continuar seus estudos são indivíduos da classe trabalhadora, que sobrevivem do subemprego ou estão desempregados. Acontecem casos de alunos que já estão inseridos no mercado de trabalho e percebem precisam melhorar chegar ao Ensino Médio ou à Universidade para crescerem socialmente e profissionalmente. Contudo, tiveram que romper barreiras preconceituosas, geralmente, transpostas pelo grande desejo de aprender. Visão está apoiada por Veiga (1992) quando diz que:

[...] aprendizagem escolar dá-se por isso, no quadro de um intersubjetividade específica, que supões sujeitos diferenciados à busca de se entender sobre si mesmo e sobre seus mundos e que desde suas interações desiguais, progridem na direção da relação política, em que se constituem em cidadãos-sujeitos singularizados capazes de conduzirem-se com autonomia exigida por suas corresponsabilidades[...]. (p.149).

Desse modo, os alunos da EJA são formados por jovens, adultos ou idosos, que

pertencem a uma classe social com baixo poder aquisitivo que dispõem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência. Quase sempre seus pais têm ou tiveram uma escolaridade igual, ou inferior à sua. São, em maior parte, marginalizados pela escola e marcados por uma história de entradas e saídas de cursos anteriores, por razões que variam desde os de ordem pessoal, como cansaço após o expediente de trabalho, desincentivo, alimentação precária, até os que dizem a respeito ao sistema educacional, como metodologias e recursos pedagógicos inadequados. Com a exclusão a frustração na aprendizagem tem tido papel de destaque e determina a frequente atitude de afastamento, temor e rejeição em relação à escola que parece inacessível e sem sentido ao aluno (COSTA, ÁLVARES e BARRETO, 2006).

Os saberes que os educandos da EJA carregam consigo, estão diretamente relacionados às suas práticas sociais, que norteiam não somente os saberes do seu cotidiano, como também os saberes aprendidos na escola.

Assim sendo, a sala de aula acaba se tornando um ambiente de intimidades entre eles, pois nesse local confidenciam entre si, podendo socializar suas experiências, relatos, ideias que até podem contribuir para o seu aprendizado. Tornando-se, assim, uma troca de experiências entre aluno e o professor e a sala de aula em um espaço agradável, onde se sentem muito mais à vontade e incentivados a prosseguir nessa procura pelo conhecimento. De acordo com Fontoura:

[...] a aprendizagem realiza-se nas relações face a face, ou melhor, ouvido a ouvido de alunos e professores postos à escuta das vozes que os interpelam. Ao educando cabe a palavra da realidade nova interpelante; ao educador, a palavra alicerçada na experiência de vida, na capacidade de discernimento, no compromisso com a busca do saber, com a precisão; cabe também a disciplina do estudo, com a interpelação ética da vontade coletiva, na fidelidade ao projeto da emancipação humana[...] (FONTOURA, 1961, p.160-165).

O educador ao atuar na educação de jovens e adultos, deverá respeitar e aceitar os saberes já obtidos pelos seus educandos. Pois, enquanto o processo de ensino e aprendizado estiver em conjunto com suas vivências, a aula se tornará mais leve e satisfatória para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É necessário, fazer uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos, pois desde seu início passou por várias transformações, mas mesmo assim deixa muito a desejar em vários aspectos. Sua finalidade é de que todos independentes da sua situação, possa ter acesso à educação.

Atualmente, pode-se observar a falta de oportunidades educacionais que garantam o acesso e a permanência dos alunos na escola. Situação que se evidencia nos altos índices de evasão. A relevância de se investir na EJA no Brasil, parte do princípio de reconhecer

esses sujeitos com direito universal, que por situações de desigualdade, lhe foi negado no passado e muitas das vezes repetem no presente. Os alunos se sentem inferiores e humilhados, seja pela condição econômica, pela necessidade de trabalhar, por reprovações recorrentes, por não se adaptarem às normas da escola ou por não conseguirem aprender pelo menos o necessário para sobreviver.

É preciso olhar para novos horizontes na busca interrompida pela erradicação do analfabetismo em nosso país, pensando sempre em possibilitar aos educandos uma educação de excelência, que vai além da leitura e escrita. Para poderem ser tornarem seres críticos, pensantes, que consigam contribuir para seu próprio conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Parecer CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 maio de 2000, 68 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível: em [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) Acesso em: 03/10/2022

COSTA, Elisabete; ÁLVARES, S. C.; BARRETO, Vera. **Alunos e Alunas da EJA**. Trabalho com educação de jovens e adultos. Brasília, 2006.

FONSECA, Solange Gomes da. **Uma viagem ao perfil e a identidade dos alunos e do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Pedagogia Online. Disponível: em: [https://www.psicopedagogia.com.br/new1\\_artigo.asp?entrID=1234#.VjNH\\_NKrTMz](https://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1234#.VjNH_NKrTMz) Acesso em: 03/10/2022

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967

GHIRALDELLI, J., Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 78

MORETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo: A produção do conhecimento em aula**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação de jovens e adultos no estado do Paraná**. Versão Preliminar. Curitiba: SEED – PR. 2005.

PEREIRA, Luciana Rodrigues. **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: relatos de experiência**. Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

SOARES, Leôncio José Gomes. A Educação de Jovens e Adultos. Momentos Históricos e Desafios Atuais. In: **Presença Pedagógica**. v. 2. Nº11. set/out de 1996.

SOUZA, M. A. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: Ibepe, 2007

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Repensando a didática**. 7ª ed. Campinas: Papirus, 1992.

**A**

Alunado 65, 71, 72, 76

Aprendizagem 6, 8, 14, 26, 27, 30, 33, 34, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80

**B**

Biologia 29, 30, 31, 32, 33

**C**

Cultura 10, 11, 17, 20, 22, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 49, 55, 56, 63, 65, 81

**E**

Educação de jovens e adultos 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Educação profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 26, 65

Escola 6, 18, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Experiência pedagógica 30

Extensão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 55, 81

Extensão universitária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 22, 27

**H**

História 12, 13, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 63, 66, 68, 69, 70

**I**

IFRN 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

**M**

Mundo do trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 18, 19, 23, 25, 26

**P**

Perfil aluno da EJA 62

Professor da EJA 61, 62, 65





Projeto político pedagógico 15, 16, 18, 19, 23, 25, 26, 27

Psicopedagogia institucional 71, 81





# **CIÊNCIAS HUMANAS:**

## **DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO**

### **2**

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO 2

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)